

ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTABILIDADE: CRÍTICAS AO MODELO CAPITALISTA E DESAFIOS CONCEITUAIS

SOLIDARITY ECONOMY AND SUSTAINABILITY: CRITICISMS OF THE CAPITALIST MODEL AND CONCEPTUAL CHALLENGES

Paulo Sérgio Nery Gama¹

Júlio César Suzuki²

Maria José de Souza Barbosa³

Adebaro Alves dos Reis⁴

Área Temática 06: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

A economia solidária é uma alternativa ao modelo capitalista, tendo em vista sua articulação com os princípios da sustentabilidade e os desafios conceituais que envolvem sua consolidação. A partir de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, pretendemos analisar criticamente as transformações do mundo do trabalho desde a Revolução Industrial até a contemporaneidade à luz do modelo capitalista, evidenciando os efeitos da flexibilização produtiva, da precarização e da exclusão social promovidas pela lógica capitalista, com foco na Economia Solidária como proposta alternativa de reorganização produtiva e social. Frente a esse cenário, a economia solidária é apresentada como uma proposta socio produtiva baseada na autogestão, cooperação e participação democrática, capaz de promover inclusão social, justiça econômica e respeito ambiental. Evidenciam-se a pluralidade de definições do conceito e as tensões entre as práticas da economia solidária e o mercado, destacando a necessidade de rigor teórico e políticas públicas para seu fortalecimento. Por fim, conclui-se que, apesar dos desafios, a economia solidária se configura como uma alternativa viável e transformadora para a construção de um modelo de desenvolvimento mais ético, sustentável e humano.

Palavras-Chave: Economia solidária; sustentabilidade; modelo capitalista; autogestão.

¹ Administrador no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos-SPU/PA–paulo.nery@gestão.gov.br

² Doutor em Geografia Humana e Livre-docente em Fundamentos Econômicos, Políticos e Sociais da Geografia. Docente vinculado ao Departamento de Geografia/FFLCH/USP e aos Programas de Pós-graduação em Integração da América Latina (USP) e Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (IFPA). jcsuzuki@usp.br

³ Instituto Federal do Pará; mjsb.ufpa@gmail.com

⁴ Instituto Federal do Pará; adebaro.reis@ifpa.edu.br

Abstract

The solidarity economy is an alternative to the capitalist model, given its articulation with the principles of sustainability and the conceptual challenges involved in its consolidation. Using a bibliographical and qualitative approach, we intend to critically analyze the transformations in the world of work from the Industrial Revolution to the present day in light of the capitalist model, highlighting the effects of productive flexibilization, precariousness, and social exclusion promoted by capitalist logic, focusing on the Solidarity Economy as an alternative proposal for productive and social reorganization. In view of this scenario, the solidarity economy is presented as a socio-productive proposal based on self-management, cooperation, and democratic participation, capable of promoting social inclusion, economic justice, and environmental respect. The plurality of definitions of the concept and the tensions between the practices of the solidarity economy and the market are highlighted, highlighting the need for theoretical rigor and public policies to strengthen it. Finally, we conclude that, despite the challenges, the solidarity economy is configured as a viable and transformative alternative for the construction of a more ethical, sustainable, and humane development model.

Key words: Solidarity economy; sustainability; capitalist model; self-management.

INTRODUÇÃO

As transformações estruturais no mundo do trabalho, iniciadas com a Revolução Industrial, têm se intensificado nas últimas décadas em razão dos avanços tecnológicos, da consolidação do capital financeiro como força hegemônica e da adoção de políticas neoliberais. Esses processos têm gerado efeitos profundos nas dinâmicas sociais e econômicas, refletidos na precarização das relações laborais, no aumento do desemprego estrutural e na intensificação da exclusão social. Estima-se que cerca de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo estejam inseridas no trabalho informal, o que corresponde a mais de 60% da força de trabalho global (OIT, 2023). No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2024, aproximadamente 39,2 milhões de indivíduos atuavam em ocupações informais, o que representa 38,9% do total de pessoas ocupadas no país (IBGE, 2024).

O contexto contemporâneo é marcado pela chamada “privatização da servidão”, na qual o trabalho é desprovido de garantias e submetido à lógica da flexibilização extrema, da rotatividade e da volatilidade do capital. (Antunes, 2018) Esse contexto de desestruturação dos vínculos laborais e da insegurança socioeconômica tem impulsionado o surgimento de propostas que visam reconfigurar a economia e o trabalho com base em princípios mais humanos e sustentáveis. A Economia Solidária destaca-se nesse cenário como uma dessas alternativas, estruturada sobre os pilares da autogestão, da cooperação, da democracia

participativa e da valorização do trabalho coletivo. A Economia Solidária não se limita a experiências marginais ou de mera sobrevivência, mas representa a construção de um novo paradigma civilizatório, pautado na solidariedade, na justiça social e na sustentabilidade ambiental. (Fernandes; Betanho, 2017)

A relevância deste estudo se intensifica diante da incapacidade dos modelos econômicos tradicionais de responder de forma adequada às múltiplas crises contemporâneas — sociais, econômicas e ambientais. Ao articular as dimensões do Cooperativismo, da Economia Solidária e da Gestão de Empreendimentos com uma crítica profunda ao modelo capitalista, evidencia-se o potencial de transformação que tais experiências carregam. Nesse sentido, o presente estudo se propõe a analisar criticamente as transformações no mundo do trabalho desde a Revolução Industrial até os dias atuais, com ênfase nos efeitos da flexibilização produtiva, da precarização e da exclusão social provocadas pela lógica capitalista, tendo a Economia Solidária como proposta alternativa de reorganização produtiva e social (Singer, 2018; Gaiger, 2020).

O presente estudo propõe, ainda, uma reflexão acerca da integração dos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental à Economia Solidária, considerando seu potencial para a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, ancorada em contribuições de autores clássicos e contemporâneos que problematizam a centralidade do trabalho e propõem alternativas ao modelo econômico dominante. A vinculação da investigação às áreas temáticas de Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos mostra-se essencial, não apenas pela consistência teórica, mas também pelo potencial de promover transformações sociais e instituir novas formas de organização econômica (Morin, 2011; Gaiger, 2022).

1.1 A transformações no Mundo do Trabalho

A partir do século XIX, com a Revolução Industrial na Inglaterra, o mundo do trabalho passou por profundas transformações nos âmbitos econômico, político e social, impulsionadas por inovações tecnológicas que redefiniram a dinâmica produtiva. A introdução das máquinas nas fábricas alterou significativamente as relações entre capital e trabalho, consolidando o capitalismo industrial como sistema econômico predominante. Do ponto de vista econômico, essas mudanças implicaram retrocessos nas conquistas dos trabalhadores, com a perda ou

redução de direitos em troca da permanência em postos de trabalho cada vez mais precarizados. Politicamente, a ascensão do liberalismo, com destaque para os governos de Margaret Thatcher (1979) na Inglaterra e Fernando Collor (1990) no Brasil, reforçou a supremacia do capital sobre o trabalho. No campo social, o avanço do neoliberalismo intensificou a competitividade entre empresas e entre trabalhadores, exigindo maior comprometimento e adaptação às novas exigências do mercado, impactando diretamente a vida cotidiana e as relações de trabalho dos assalariados. Antes de tratar das mudanças ocorridas a partir das últimas décadas do século XX, faz-se necessário revisitar a trajetória histórica do trabalho, passando pelas fases do taylorismo, fordismo e, posteriormente, do toyotismo, até alcançar o modelo que ficou conhecido como acumulação flexível. (Harvey, 1992)

O taylorismo, também conhecido como administração científica, foi desenvolvido por Frederick W. Taylor (1856–1915), com o objetivo de eliminar desperdícios e aumentar a produtividade por meio da aplicação de métodos e técnicas da engenharia industrial. Em seu primeiro período, por volta de 1903, Taylor introduziu técnicas de racionalização do trabalho baseadas em estudos de tempos e movimentos, com foco na padronização e otimização da execução de tarefas operacionais. Em sua obra *Shop Management*, destacou princípios como: a oferta de melhores salários com redução de custos; o uso de métodos científicos e a padronização dos processos produtivos; a alocação eficiente dos trabalhadores; o treinamento contínuo; e a promoção de um ambiente de cooperação entre a administração e os empregados. No segundo período de sua proposta, Taylor enfatizou a necessidade de uma estrutura organizacional mais ampla e coesa para a aplicação eficaz desses princípios, diagnosticando, na realidade industrial de sua época, três problemas centrais: a vadiagem sistemática, o desconhecimento da gerência quanto às rotinas de trabalho e a falta de uniformidade nos métodos utilizados. (Chiavenato, 2000)

Os principais elementos da administração científica são: estudo de tempos, chefia funcional, padronização de instrumentos e materiais, fichas de instruções, sistema de tarefas e gratificações diferenciais. A essência do taylorismo está na ampla especialização das atividades, que envolve cada detalhe da função, dos instrumentos aos comportamentos exigidos. (Pinto, 2007)

No que se refere ao fordismo, trata-se de um modelo de organização da produção baseado na padronização das tarefas, na produção em massa e na intensa divisão do trabalho, tendo como principal expoente Henry Ford. No período entre guerras, sua difusão enfrentou duas

barreiras principais: as tensões nas relações de classe, que dificultavam a aceitação de métodos produtivos rígidos, e os mecanismos estatais existentes, que demandavam novas formas de regulação compatíveis com os princípios do modelo. Apesar dessas dificuldades iniciais, o fordismo experimentou um verdadeiro "boom" em um contexto de regulamentação político-econômica internacional, fortemente influenciado pela dominação geopolítica dos Estados Unidos, o que contribuiu para sua disseminação global. Henri Ford enxergava esse modelo como um projeto de sociedade racionalizada, moderna e populista, alicerçado na produção e no consumo em massa, na criação de uma nova estética industrial e na redefinição das formas de reprodução da força de trabalho. (Harvey, 1992)

Na década de 1980, a chamada Terceira Revolução Industrial, marcada pela introdução da automação, da robótica e da microeletrônica, provocou profundas transformações na organização do trabalho, culminando no surgimento do modelo toyotista como alternativa ao binômio fordismo-taylorismo. Esse novo paradigma priorizava a flexibilidade da produção, a qualidade total e a multifuncionalidade dos trabalhadores, promovendo a produção em pequena escala voltada para uma demanda diversificada, com estoques mínimos e rápida adaptação ao mercado. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão adotou esse modelo em meio a uma grave crise econômica, buscando aumentar a competitividade por meio da produção enxuta e diversificada, voltada exclusivamente para a demanda específica, reduzindo custos com armazenagem e otimizando os recursos produtivos. (Pinto, 2007)

As transformações tecnológicas ao longo do século XX impactaram fortemente a classe trabalhadora, provocando desemprego devido à introdução de novas tecnologias e à desqualificação profissional, além de precarização e flexibilização do trabalho via contratos temporários, terceirização e exigência de polivalência e “empregabilidade” dos trabalhadores. (Antunes, 1998)

A acumulação flexível é marcada pela flexibilização dos mercados de trabalho, processos produtivos, produtos e padrões de consumo, além da criação de novos setores de produção, inovações financeiras, novos mercados e aceleradas mudanças tecnológicas e organizacionais. (Harvey, 1992)

Para compreender essas mudanças, é necessário refletir sobre o conceito de trabalho, conforme formulado por Karl Marx. Para ele, o trabalho é a mediação entre o homem e a

natureza, por meio da qual o ser humano transforma o mundo para satisfazer suas necessidades (Lessa, 2007).

Nesse sentido, Marx concebe o trabalho como um processo em que o homem regula seu metabolismo com a natureza por meio da atividade prática e consciente, modificando-a de acordo com seus objetivos (Lessa, 2007). Para entender plenamente esse processo, é fundamental analisar os conceitos de valor de uso e valor de troca, ambos intrinsecamente ligados à força de trabalho. Com as transformações do trabalho ao longo do século XX, intensificou-se a concorrência entre os trabalhadores, agravando problemas como a precarização sob múltiplas formas e o desemprego estrutural (Lessa, 2007). Com base nas reflexões de Marx sobre a centralidade do trabalho na mediação entre o homem e a natureza, bem como nos impactos das transformações produtivas sobre a força de trabalho, torna-se necessário observar como diferentes autores vêm analisando, ao longo do tempo, as mudanças estruturais no mundo do trabalho. Nesse contexto, o Quadro 1 – Estudos relevantes sobre as Transformações no Mundo do Trabalho apresenta uma síntese das principais contribuições teóricas que ajudam a compreender os diversos aspectos dessas transformações, desde a degradação das condições laborais até os efeitos da reestruturação produtiva e do avanço das tecnologias sobre a precarização e a fragmentação da classe trabalhadora.

Quadro 1-Estudos fundamentais sobre as Transformações no Mundo do Trabalho

Autores	Obra	Contribuição Principal
Karl Marx	O Capital	Fundamentou a crítica ao trabalho no capitalismo, com os conceitos de valor, mais-valia e alienação.
Harry Braverman	Trabalho e Capital Monopolista (1974)	Análise crítica da degradação do trabalho no capitalismo avançado e da divisão técnica do trabalho.
David Harvey	A condição pós-moderna (1993)	Introduziu o conceito de acumulação flexível , relacionando mudanças produtivas e o neoliberalismo.
Antonio Negri & Michael Hardt	Império (2000)	Discussão sobre o trabalho imaterial e as novas formas de controle e resistência no capitalismo global.
Ricardo Antunes	Adeus ao trabalho? (1998) e O privilégio da servidão (2018)	Estuda a precarização, terceirização e novas formas de exploração no trabalho contemporâneo.

Quadro 1-Estudos fundamentais sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (Cont)

Giovanni Alves	O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho (2000)	Aborda o processo de reestruturação produtiva e o impacto das novas tecnologias sobre os trabalhadores.
Michel Foucault	Vigiar e Punir (1987)	Análise do controle e disciplina nos espaços de trabalho e instituições modernas.
Pierre Bourdieu	A miséria do mundo (2008)	Investigação das consequências sociais da precarização e da exclusão no mercado de trabalho.
Ladislau Dowbor	A era do capital improdutivo (2018)	Debate sobre a financeirização da economia e seus impactos sobre o trabalho e a produção.

Fonte: Elaboração própria

Diante desse cenário de transformações profundas e recorrentes no mundo do trabalho impulsionadas por sucessivas revoluções industriais, avanços tecnológicos e reconfigurações das relações entre capital e trabalho, emergem, nas últimas décadas, iniciativas que buscam construir alternativas ao modelo produtivo hegemônico, marcado pela exploração, precarização e exclusão. A economia solidária surge, nesse contexto, como uma resposta coletiva e organizada da classe trabalhadora, propondo formas de produção, consumo e organização social baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho humano acima do lucro. Ao romper com os princípios da acumulação capitalista, a economia solidária oferece uma possibilidade concreta de reconstrução do mundo do trabalho a partir de uma lógica mais democrática, sustentável e inclusiva.

1.2 Economia Solidária na trilha de uma sociedade sustentável: origem e conceito

A origem da Economia Solidária está intrinsecamente vinculada às transformações sociais e econômicas ao longo da história, surgindo especialmente como resposta às crises geradas pelo modelo capitalista de produção e exclusão social. Este conceito emerge das práticas comunitárias de cooperação e ajuda mútua, que sempre existiram nas sociedades, mas que ganharam maior relevância como proposta organizada e politicamente articulada a partir da Revolução Industrial, quando os impactos do trabalho assalariado e da exploração se tornaram evidentes. (Singer, 2002)

Durante o século XIX, diversas experiências coletivas, como cooperativas de trabalhadores e associações de consumo, surgiram com o objetivo de garantir melhores condições de vida e trabalho para suas comunidades. Essas iniciativas se fortaleceram como alternativas viáveis

diante das desigualdades econômicas e sociais impostas pelo sistema capitalista, especialmente entre os setores populares que enfrentavam marginalização no acesso à renda e ao emprego formal (Gaiger, 2004).

No contexto brasileiro, a Economia Solidária consolidou-se nas últimas décadas do século XX, impulsionada por movimentos sociais, sindicatos e organizações comunitárias. Este crescimento refletiu-se como uma forma de resistência ao desemprego estrutural, à precarização das relações de trabalho e à exclusão social agravadas pelas políticas neoliberais adotadas a partir dos anos 1990. (Freitas, 2012). Assim, o campo da Economia Solidária passou a ser compreendido não apenas como uma prática econômica, mas também como um instrumento político de transformação social.

No âmbito teórico e prático, a Economia Solidária propõe um modelo de desenvolvimento baseado na autogestão, cooperação, solidariedade e valorização do trabalho humano, posicionando-se como alternativa concreta para a inclusão socioeconômica e a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Fernandes; Betanho, 2017). Essa perspectiva histórica revela a busca por modos organizativos que rompam com as lógicas de exploração e exclusão típicas do capitalismo, ao mesmo tempo em que resgata princípios de coletividade, reciprocidade e respeito à diversidade cultural e ambiental. (Singer, 2002; Gaiger, 2004; Freitas, 2012; Fernandes; Betanho, 2017)

Diferenciando-se do modelo capitalista, caracterizado pela competitividade e acumulação individual, a Economia Solidária enfatiza a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Sua proposta é reorganizar as relações econômicas focando nas necessidades humanas e valorização do trabalho coletivo, promovendo uma lógica centrada no bem comum e na democracia econômica. (Faria, 2017). Essa forma de organização econômica vai além da simples geração de renda, pois busca uma reestruturação das relações sociais e econômicas fundamentadas na democracia interna, participação coletiva e uso justo dos recursos, rompendo com a lógica mercantil dominante para priorizar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar coletivo (Singer, 2002).

Com o tempo, o conceito de Economia Solidária ampliou-se para incorporar não apenas associações de trabalhadores, mas também a valorização da democracia participativa e do compromisso com a justiça social. Assim, a Economia Solidária é compreendida como um instrumento de transformação social que desafia a lógica capitalista e propõe um novo

paradigma de organização produtiva e de vida (Singer, 2002). Entretanto, é importante distinguir entre experiências de autogestão plena e aquelas que apenas apresentam características autogestionárias, já que muitos empreendimentos ainda operam dentro das dinâmicas do mercado capitalista, sem romper estruturalmente com seu modelo. (Faria, 2017)

Em contraponto, a Economia Solidária pode configurar um novo modo de produção, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção e na gestão democrática, funcionando como embrião de um socialismo democrático, surgindo dentro das brechas do sistema capitalista. (Singer, 2002). A prática desses princípios se manifesta na organização de empreendimentos que priorizam solidariedade, cooperação, autogestão e democracia interna. Nesses casos, o objetivo não é a maximização do lucro, mas sim a geração coletiva de trabalho e renda, promovendo inclusão social e cidadania ativa, o que demonstra que a economia pode ser conduzida de maneira ética, participativa e voltada ao bem comum. (Gaiger, 2007)

Além disso, a Economia Solidária desempenha um papel importante como espaço de resistência e inovação social, especialmente na América Latina, onde as desigualdades sociais e econômicas tornam esse modelo particularmente relevante. As experiências bem-sucedidas evidenciam o potencial transformador das práticas econômicas baseadas na solidariedade, consolidando alternativas inclusivas ao modelo econômico dominante. (Loureiro, 2004)

Por fim, o conceito de Economia Solidária apresenta um caráter multifacetado, abarcando dimensões econômicas, culturais, políticas e sociais. (Fernandes; Betanho, 2017). O Quadro 03 – Dimensões econômicas, culturais, políticas e sociais evidencia a abrangência da Economia Solidária, reforçando seu caráter interdisciplinar e plural, ao integrar diversos saberes e práticas voltadas à construção de uma economia mais humana e sustentável.

A partir da compreensão histórica e conceitual da Economia Solidária, evidencia-se que suas práticas não se limitam apenas à geração de trabalho e renda ou à inclusão social. Elas dialogam diretamente com questões mais amplas que envolvem o modelo de desenvolvimento desejado pelas comunidades e pela sociedade como um todo.

Quadro 03-Dimensões econômicas, culturais, políticas e social

ECONÔMICO	CULTURAL	POLÍTICA	SOCIAL
Nessa dimensão, entende-se a forma de organizar as atividades econômicas como a prestação de serviços, a comercialização e o consumo sempre fundamentadas nos princípios da cooperação, da autogestão e da democracia.	Essa dimensão diz respeito à visão de mundo e aos valores que orientam atitudes e hábitos de consumo sustentáveis, promovendo a transição da lógica competitiva para práticas pautadas na cooperação justa e consciente.	Essa dimensão da Economia Solidária fundamenta-se na busca por mudanças sociais, promovendo o desenvolvimento do pequeno produtor de forma solidária e justa, sempre pautada nos princípios da solidariedade, democracia, cooperativismo e preservação ambiental.	Fomentar a inclusão social, a geração de renda, a distribuição mais justa da riqueza e o desenvolvimento sustentável, com foco no ser humano e na coletividade como elementos centrais do processo produtivo

Fonte: Adaptado de Fernandez (2017)

Portanto, a busca por alternativas econômicas solidárias está profundamente associada aos princípios da sustentabilidade, uma vez que ambos os conceitos compartilham o compromisso com a preservação ambiental, a justiça social e a viabilidade econômica a longo prazo. Assim, discutir sustentabilidade no contexto da Economia Solidária é fundamental para compreender como essas iniciativas podem contribuir para a construção de sociedades mais equilibradas, éticas e ambientalmente responsáveis.

1.3 As dimensões da Sustentabilidade na Gestão de Empreendimentos Solidários

A sustentabilidade propõe-se a sintetizar o equilíbrio entre o ser humano, a natureza e a atividade econômica, estabelecendo uma interação harmoniosa e de longo prazo. (Dalmago, 2022). Nesse contexto, a aplicação dos pilares fundamentais para a sustentabilidade permite o desenvolvimento de uma nova economia, capaz de reorganizar categorias e comportamentos e criar oportunidades sustentáveis por meio de planejamentos de longo prazo e sistemas eficazes. Assim, é imprescindível reconhecer a interdependência entre economia e sustentabilidade, pois ignorar essa relação significa desconsiderar uma de suas dimensões essenciais. (Freitas, 2012). Complementando essa perspectiva, a sustentabilidade pode ser entendida como a capacidade dos sistemas de persistirem, se adaptarem, transformarem-se ou realizarem transições diante de constantes mudanças. (Willians et al., 2017). Em relação às distinções conceituais, Gan et al. (2017) definem a sustentabilidade como um conjunto de elementos interligados, articulados de forma dinâmica e simultânea entre subsistemas ecológicos, sociais e econômicos. Já o desenvolvimento sustentável é concebido como um processo de transformação direcionado à consecução dos objetivos da sustentabilidade. (Bibri; Krogstie, 2017). Nesse sentido, a

sustentabilidade configura-se como uma característica de sistemas abertos, intrinsecamente complexos, multidimensionais e marcados pela necessidade de conciliar suas diversas dimensões. (Gan et al., 2017)

Dentro desse panorama, destaca-se o conceito do tripé da sustentabilidade, amplamente debatido por pesquisadores, o qual constitui uma ferramenta indispensável para compreender que ser sustentável envolve a integração entre fatores econômicos, sociais e ambientais. Assim, ao adotar métodos ecologicamente sustentáveis, as organizações passam a atuar de forma socialmente responsável, contemplando os interesses dos stakeholders que influenciam e são impactados por suas atividades, o que, por sua vez, contribui para a competitividade organizacional.

Embora o modelo Triple Bottom Line (TBL) se baseie em três pilares fundamentais, diversos autores, como os apresentados no Quadro 2, propõem uma ampliação dessa perspectiva ao incorporar outras dimensões consideradas essenciais para a concretização da sustentabilidade.

Quadro 02- Dimensões da sustentabilidade

Dimensões	Objetivo	Propostas	Estudiosos
Social	Reduzir as desigualdades sociais	Criar postos de trabalhos que gerem renda para melhoria de qualidade de vida; qualificação profissional e produção de bens voltados para atendimento das necessidades básicas sociais.	Sachs (1993); Mendes (2009); Boff (2012); Póvoas (2015); Anjos e Ubaldo (2015); Ferreira e Cruz (2017)
Econômica	Alocar e gerir os recursos de maneira mais eficiente favorecendo os setores públicos e privados	Cooperativismo; Manejo eficiente dos recursos; absorção pela empresa dos custos ambientais; Governança corporativa	Sachs (1993); Boff (2012); Freitas (2012); Póvoas (2015); Anjos e Ubaldo (2015); Ferreira e Cruz (2017)
Ambiental ou ecológica	Preservar e Manter o meio ambiente garantindo que as necessidades das gerações futuras não sejam lesadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais na atualidade	Processo de produção limpo que não acometa os ciclos ecológicos da natureza; Cuidado no uso de recursos não-renováveis; Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos.	Sachs (1993); Jacobi (2003); Silva, Souza e Leal (2012); Freitas (2012); Anjos e Ubaldo (2015); Póvoas (2015); Mendes (2017).

Quadro 02- Dimensões da sustentabilidade (Cont)

Espacial ou Geográfica	Relacionado ao equilíbrio entre áreas urbanas e rurais.	Estabelecer uma rede de reservas naturais e de biosfera, para a proteção da biodiversidade; Relação cidade campo equilibrada.	Sachs (1993);Mendes (2009);
Cultural	Buscar as particularidades de cada comunidade evitando o conflito cultural.	Soluções ajustadas a cada ecossistema; Consideração à formação cultural comunitária.	Sachs (1993); Mendes (2009); Boff (2012);Silva, Souza e Leal (2012).
Político institucional	Aumentar a Capacidade do Estado em cumprir o papel, por meios materiais ou formulação de políticas públicas	Subsidiariedade, descentralização das ações Públicas, Parcerias e decisões colegiadas.	Mendes (2009); Freitas (2012);
Informação e do Conhecimento	Gerar conhecimento que admitam o desenvolvimento de tecnologias limpas	Promover inventários biológicos; Capacitação da sociedade civil para práticas sustentáveis	Mendes (2009);Freitas (2012);Souza e Garcia (2016); Ferrer e Cruz (2017).

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Negrão (2023).

Acompanhando os avanços das pesquisas na área, outras dimensões de sustentabilidade foram incorporadas, com o objetivo de fornecer elementos específicos para diagnósticos, identificação de ações e formulação de estratégias adequadas a cada realidade e propósito. (Montibeller Filho, 1993; Brasil, 2004; Kruehl, 2010). Essas novas abordagens ampliam o campo de análise e intervenção, enriquecendo o debate e a prática da sustentabilidade em diferentes contextos econômicos e sociais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza qualitativa e abordagem exploratória. A pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e dissertações, permitindo o aprofundamento teórico sobre determinado assunto por meio da revisão e interpretação de obras de diversos autores. (Gil,2019). Nesse sentido, o estudo propôs-se a sistematizar e confrontar contribuições acadêmicas recentes e clássicas relacionadas aos temas propostos, de modo a possibilitar uma compreensão articulada entre as categorias trabalhadas.

Para a constituição do referencial teórico, foi realizado um levantamento de publicações científicas por meio de plataformas digitais de busca acadêmica, como Google Acadêmico, SciELO, Scopus, Periódicos CAPES e ResearchGate. Os critérios de inclusão envolveram publicações que abordassem diretamente as transformações no mundo do trabalho, os fundamentos e práticas da Economia Solidária e os conceitos de Sustentabilidade. Foram utilizadas como palavras-chave para a busca: economia solidária, capitalismo e mundo do trabalho, sustentabilidade, modelo capitalista, transformações sociais e econômicas, cooperação e autogestão, bem como seus correspondentes em inglês para ampliar o acesso a estudos internacionais. A seleção inicial considerou os resumos e palavras-chave dos materiais encontrados, sendo posteriormente realizada a leitura integral dos textos mais aderentes aos objetivos do estudo.

A análise dos conteúdos ocorreu por meio de leitura crítica e comparativa, permitindo identificar convergências e divergências entre as abordagens teóricas, bem como as lacunas e desafios conceituais apontados pela literatura. Dessa forma, a metodologia adotada viabilizou a construção de uma discussão teórica que relaciona os efeitos das metamorfoses do mundo do trabalho capitalista com as propostas alternativas representadas pela Economia Solidária e pelas concepções contemporâneas de Sustentabilidade.

3 AVALIAÇÃO E DEBATE CRÍTICO DOS ACHADOS

A análise crítica das transformações no mundo do trabalho, articulada ao exame conceitual da economia solidária e da sustentabilidade, permitiu evidenciar resultados significativos que reforçam a potencialidade desse modelo alternativo frente às crises impostas pelo capitalismo contemporâneo. Verificou-se que, historicamente, as sucessivas reestruturações produtivas do taylorismo ao toyotismo, culminando na acumulação flexível promoveram, embora em diferentes escalas e contextos, uma intensificação da exploração da força de trabalho, o esvaziamento dos direitos sociais e a fragmentação da classe trabalhadora. Nesse cenário, a precarização tornou-se o denominador comum das novas formas de inserção laboral, como destacam autores como Braverman (1974) e Antunes (1998). O avanço da informalidade, do trabalho intermitente e da lógica da "empregabilidade" individualizada são sintomas de uma economia centrada na instabilidade, onde o valor do trabalho humano é frequentemente subordinado à lógica da maximização do lucro. Como resultado, cresce a exclusão social,

enfraquecem-se os laços de solidariedade e o próprio tecido comunitário é desestruturado. Frente a esse panorama, os resultados apontam que a economia solidária emerge como um contraponto crítico, sustentado por princípios de autogestão, cooperação e democracia participativa. Esses princípios, conforme demonstrado ao longo do estudo, não apenas propõem uma reorganização das relações econômicas, mas também oferecem um caminho para reconstrução das relações sociais, pautadas na ética do cuidado, no respeito à diversidade e na valorização do trabalho coletivo.

A prática da autogestão mostrou-se como um elemento central nesse modelo, pois permite a reintegração do trabalhador aos processos decisórios, o que rompe com a clássica cisão entre capital e trabalho. Tal característica confere à economia solidária um caráter não apenas produtivo, mas também profundamente político e formativo, conforme argumenta Faria (2017). Ao gerir coletivamente os meios de produção, os sujeitos envolvidos tornam-se protagonistas de sua trajetória laboral e cidadã. Outro resultado relevante é a integração entre os princípios da economia solidária e os pilares da sustentabilidade ambiental, social e econômico. Verificou-se que as práticas solidárias se alinham às propostas de desenvolvimento sustentável ao promoverem a geração de renda com responsabilidade ambiental, a inclusão social de populações vulnerabilizadas e o fortalecimento de sistemas econômicos locais. Essa articulação indica que a economia solidária não atua isoladamente, mas se insere em um projeto maior de transformação socioambiental.

Destaca-se ainda que o modelo solidário, ao incorporar dimensões culturais, políticas e territoriais, amplia o escopo do debate sobre sustentabilidade, tornando-o mais aderente às realidades locais. Como demonstrado no Quadro 03 do artigo, a economia solidária propõe um rearranjo das dinâmicas econômicas com base em valores comunitários, desafiando as estruturas tradicionais de poder e consumo. Essa característica confere-lhe um papel estratégico na construção de um novo paradigma civilizatório, pautado na justiça social e na preservação ambiental.

No entanto, a análise revelou também desafios importantes para a consolidação desse modelo. A ausência de um marco teórico unificado, a pluralidade de práticas sob a mesma denominação e a coexistência, por vezes contraditória, com o mercado capitalista, constituem obstáculos tanto à sua expansão quanto ao seu reconhecimento institucional. Além disso, a

dependência de políticas públicas de fomento e a dificuldade de articulação em redes amplas limitam a escalabilidade das experiências bem-sucedidas.

Apesar desses limites, os dados teóricos analisados indicam que a economia solidária possui um forte potencial transformador, especialmente em contextos de crise estrutural do emprego. Sua capacidade de fomentar a inclusão produtiva, fortalecer laços comunitários e promover a sustentabilidade a partir de uma lógica não capitalista revela que ela deve ser compreendida não como uma iniciativa marginal, mas como parte de um projeto estratégico de reorganização da economia e da sociedade.

Para distinguir as economias tradicionais contemporâneas (economias de mercado) da Economia Solidária, é necessário refletir sobre alguns pontos fundamentais, que serão apresentados a seguir no Quadro 03.

Quadro 03-Comparativo entre modelo de produção capitalista e Economia Solidária

Economia Tradicional	Economia Solidária
Capital e trabalho são recursos de pessoas diferentes	Capital e trabalho pertencem aos trabalhadores
Objetivo: Lucro Objetivo: desenvolvimento econômico financeiro-social	Objetivo: Lucro Objetivo: desenvolvimento econômico financeiro-social
Características básicas: Individualismo e competição Características básicas: Solidariedade e cooperativismo	Características básicas: Individualismo e competição Características básicas: Solidariedade e cooperativismo
Retorno financeiro: Concentrado nos donos da organização Retorno financeiro: Distribuídos entre os trabalhadores envolvidos no processo	Retorno financeiro: Concentrado nos donos da organização Retorno financeiro: Distribuídos entre os trabalhadores envolvidos no processo
Papel social: Agentes econômicos Papel social: Agente econômico e social	Papel social: Agentes econômicos Papel social: Agente econômico e social
Exercer poder sobre o mercado Relaciona-se com o mercado	Exercer poder sobre o mercado Relaciona-se com o mercado

Fonte: Fernandes e Betanho, 2017

Portanto, ainda que marcada por contradições e limites, a Economia Solidária representa uma das expressões mais concretas de resistência e de inovação socioprodutiva no enfrentamento das crises do capitalismo contemporâneo. Sua consolidação como alternativa sistêmica depende da articulação entre prática social, formulação teórica e políticas públicas comprometidas com a justiça social e a sustentabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do avanço das transformações no mundo do trabalho e da crescente precarização imposta pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, torna-se evidente a necessidade de alternativas que combinem justiça social, desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental. Nesse contexto, a Economia Solidária desponta como uma proposta potente e multifacetada, capaz de articular dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas em prol de uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

Mais do que um modelo econômico alternativo, a Economia Solidária representa uma forma distinta de organização da vida coletiva, alicerçada em princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e democracia participativa. Ao valorizar o trabalho humano e as relações sociais que dele emergem, ela se contrapõe à lógica da mercantilização da vida e da maximização do lucro que caracteriza o capitalismo globalizado. Sua capacidade de articular ações locais com impactos sociais abrangentes demonstra que é possível desenvolver práticas econômicas éticas e comprometidas com o bem comum.

Além disso, a convergência entre os princípios da Economia Solidária e os pilares da sustentabilidade especialmente no que tange à equidade social, à viabilidade econômica e à preservação ambiental fortalece sua relevância no enfrentamento dos desafios contemporâneos. Ao incorporar valores como a justiça intergeracional, a valorização das culturas locais e a proteção dos ecossistemas, a Economia Solidária contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento que não exclui, não destrói e não precariza.

No entanto, para que essa proposta avance e se consolide como alternativa sistêmica, é imprescindível enfrentar os desafios teóricos e práticos que ainda limitam sua expansão. Isso inclui a necessidade de maior rigor conceitual, o fortalecimento das políticas públicas de fomento, a articulação em redes solidárias e a formação de sujeitos conscientes e politicamente engajados. A Economia Solidária não deve ser compreendida apenas como um nicho de resistência, mas como uma estratégia estruturante de transformação da sociedade e da economia.

Assim, reafirma-se a importância de ampliar o debate acadêmico, político e social em torno da Economia Solidária. Seu potencial transformador está diretamente relacionado à capacidade de reimaginar e reconstruir o mundo do trabalho, não como espaço de subordinação, mas como campo de criação coletiva, cidadania ativa e emancipação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedadesalarial.** São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL. **Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias.** 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Disponível em: [Trabalho e Capital Monopolista by Harry Braverman.pdf](#). Acessado em: 28/04/2025.

BIBRI, Simon Elias; KROGSTIE, John. **Smart sustainable cities of the future: An extensive interdisciplinary literature review.** Sustainable Cities and Society, vol. 31, p. 183–212, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** 7ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: [bourdieu-p-os-excluc3addos-no-interior-in-a-misc3a9ria-do-mundo-petrc3b3polis-rj-vozes-2011.pdf](#). Acessado em: 21/05/2025.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 2ª ed. –compacta, revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DALMAGO, G. A. **Sustentabilidade: reflexões sobre uso do termo e evolução de conceitos.** Embrapa Trigo-Documents (INFOTECA-E), 2021. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1131564/1/Doc-193-online-2021.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2023.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2017. Disponível em: [Dowbor-_-A-ERA-DO-CAPITAL-IMPRODUTIVO.pdf](#). Acessado em: 20/04/2025.

FARIA, José Henrique de. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual.** Cadernos EBAPE.BR, v. 15, n. 3, p. 629-650, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395157778>. Acesso em: 20 maio 2025.

FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane. **Economia Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade.** Uberlândia: Navegando, 2017. Disponível em: [Livro Economia Popular Solidária.pdf](#). Acessado em: 09/05/2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/VIGIAR%20E%20PUNIR.pdf>. Acessado em: 11/05/2025.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e desafios da economia solidária: elementos para uma abordagem sociológica**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 65, p. 17-30, 2007.

GAN, Xiaoyu; FERNANDEZ, Ignacio C; GUO, Jie; WILSON, Maxwell; ZHAO, Yuanyuan; ZHOU, Bingbing; WU, Jianguo. When to use what: Methods for weighting and aggregating sustainability indicators. *Ecol. Indic.*, vol. 81, no. June, p. 491–502, 2017. DOI 10.1016/j.ecolind.2017.05.068.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de organização do trabalho**. Cayapa – Revista Venezuelana de Economía Social, n. 1, p. 1–18, 2004. Disponível em: https://emes.net/content/uploads/publications/Gaiger_-_Cayapa_Edit1.pdf. Acessado em: 18/05/2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE. **PNAD Contínua: taxa de informalidade é de 38,9% no primeiro trimestre de 2024**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/informalidade.html>. Acessado em: 20/04/2025.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012.

FREITAS, Maria Cristina de. **Economia solidária e políticas públicas**. In: NEVES, Ednalva Felix das; BACIC, Miguel Juan; FAJARDO GARCÍA, Isabel-Gemma (Orgs.). Diferenças e similaridades entre as experiências da economia social na Espanha e da economia solidária no Brasil. Salvador: ADS, 2012. p. 65. Disponível em: https://www.economiasolidariasp.org.br/documentos/area_gestores_publicos/05_PUBLICAC_OES_DA_REDE_DE_GESTORES/011_Economia_Solidaria_e_Politiclas_Publicas_3.pdf. Acessado em: 05/05/2025.

HARVEY, David. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX**. In: *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Parte 2.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/53574521/HARVEY_David_Condi%C3%A7%C3%A3o_p%C3%B3s_moderna_uma_pesquisa_sobre_as_origens_da_mudan%C3%A7a_cultural_15_ed_Tradu%C3%A7%C3%A3o_de_Adail_Ubirajara_Sobral_e_Maria_Stela_Gon%C3%A7alves_Rio_de_Janeiro_Edi%C3%A7%C3%B5es_Loyola_2006_349_p. Acessado em: 09/05/2025.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOUREIRO, Isabel Cristina de Moura. **A economia solidária como estratégia de desenvolvimento local sustentável**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 35, n. especial, p. 96-108, 2004.

NEGRÃO, K.R.M; GOMES, S. C; CARVALHO, M.C.S. **Gestão Estratégica para Sustentabilidade**. X Encontro de estudos em estratégia -São Paulo - 16 - 18 de maio de 2023. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/event/details/122/1919. Acessado em: 15/06/2023.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Vol 1.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios**. *Textos de economia*, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1996.
OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **World Employment and Social Outlook: Trends 2023**. Geneva: International Labour Office, 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2023/lang--en/index.htm>. Acessado em: 20/04/2025.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular.

KRUEL, Jochims. Ignacy Sachs: **Uma voz sempre atual na sociedade**. In 6 Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD-ENEO, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo339.pdf>. Acesso em: 17 junho de 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acessado em :15/05/2025.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acessado em :15/05/2025.

WILLIAMS, Amanda; KENNEDY, Steve; PHILIPP, Felix; WHITEMAN, Gail. Systems thinking: **A review of sustainability management research**. *Journal of Cleaner Production*, vol. 148, p. 866–881, 2017. Disponível em : <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652617302068>. Acessado em 20/12/2022.